

CURRÍCULO, INTERCULTURALIDADE E IDENTIDADE INDÍGENA: A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NAS ESCOLAS INDÍGENAS DE ITAMARAJU–BA

CURRICULUM, INTERCULTURALITY AND INDIGENOUS IDENTITY: THE IMPLEMENTATION OF THE BRAZILIAN NATIONAL COMMON CORE CURRICULUM (BNCC) IN INDIGENOUS SCHOOLS IN ITAMARAJU, BAHIA, BRAZIL

 <https://doi.org/10.63330/armv2n6-030>

Submetido em: 30/06/2026 e Publicado em: 03/07/2026

Nilson da Cruz Fonseca

Doutorando em Ciências da Educação - Branner Global University – Estados Unidos

E-mail: merita1942@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5711730078043268>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4716-358X>

Resumo

A educação escolar indígena brasileira constitui um importante instrumento de fortalecimento das identidades culturais, da preservação dos conhecimentos tradicionais e da promoção dos direitos dos povos originários. Nesse contexto, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem suscitado debates acerca da necessidade de conciliar as diretrizes curriculares nacionais com as especificidades socioculturais das comunidades indígenas. Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre currículo, interculturalidade e identidade indígena no contexto da implementação da BNCC nas escolas indígenas do povo Pataxó, localizadas no município de Itamaraju, Bahia. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A produção dos dados contempla a análise de documentos oficiais, do referencial teórico sobre educação escolar indígena e políticas curriculares, bem como entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e lideranças indígenas. A discussão fundamenta-se em autores como Gersem Baniwa, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Paulo Freire, Vera Maria Candau, Catherine Walsh, Dermeval Saviani e Tomaz Tadeu da Silva. Os resultados esperados indicam que a implementação da BNCC poderá contribuir para a construção de currículos interculturais desde que respeite a autonomia pedagógica das comunidades indígenas, valorize os conhecimentos ancestrais e fortaleça a identidade cultural do povo Pataxó. Conclui-se que uma educação escolar indígena comprometida com a interculturalidade constitui um importante instrumento de promoção da cidadania, da justiça social e da valorização da diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: BNCC; Currículo; Educação escolar indígena; Interculturalidade; Povo Pataxó.



Abstract

Brazilian Indigenous school education plays a fundamental role in strengthening cultural identities, preserving traditional knowledge, and promoting the rights of Indigenous peoples. In this context, the implementation of the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC) has generated important discussions regarding the reconciliation of national curricular guidelines with the sociocultural specificities of Indigenous communities. This article aims to analyze the relationship between curriculum, interculturality, and Indigenous identity within the implementation of the BNCC in Pataxó Indigenous schools located in the municipality of Itamaraju, Bahia, Brazil. The study adopts a qualitative, applied, exploratory, and descriptive approach, based on bibliographic and documentary research as well as a case study. Data collection includes the analysis of official documents, theoretical literature on Indigenous education and curriculum policies, and semi-structured interviews with school administrators, teachers, and Indigenous leaders. The theoretical framework is supported by scholars such as Gersem Baniwa, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Paulo Freire, Vera Maria Candau, Catherine Walsh, Dermeval Saviani, and Tomaz Tadeu da Silva. The expected findings indicate that the implementation of the BNCC can contribute to the development of intercultural curricula provided that it respects the pedagogical autonomy of Indigenous communities, values ancestral knowledge, and strengthens the cultural identity of the Pataxó people. The study concludes that Indigenous school education grounded in interculturality is an essential instrument for promoting citizenship, social justice, and the appreciation of Brazil's cultural diversity.

Keywords: BNCC; Curriculum; Indigenous school education; Interculturality; Pataxó people.

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena brasileira constitui uma modalidade de ensino reconhecida constitucionalmente como um direito coletivo dos povos originários e orientada pelos princípios da especificidade, da diferenciação, da interculturalidade, do bilinguismo ou multilinguismo e da participação comunitária. Ao longo das últimas décadas, importantes avanços normativos consolidaram uma concepção de escola indígena comprometida com a valorização das identidades étnicas, das línguas maternas, dos conhecimentos tradicionais e das formas próprias de organização social, rompendo gradativamente com modelos assimilacionistas que historicamente buscaram integrar os povos indígenas à cultura dominante.

Nesse contexto, a escola deixa de ser apenas um espaço de escolarização formal para constituir-se também como um território de fortalecimento cultural, de resistência política e de produção de conhecimentos próprios, articulados com os saberes científicos contemporâneos. Conforme destaca a literatura especializada, a educação escolar indígena representa um importante instrumento para a



efetivação dos direitos dos povos originários e para a preservação de seus patrimônios culturais e linguísticos.

No Brasil, a consolidação da educação escolar indígena está diretamente relacionada às lutas históricas dos povos indígenas pelo reconhecimento de sua autonomia educacional. A partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, o Estado brasileiro passou a reconhecer que os processos educativos desenvolvidos nas comunidades indígenas deveriam respeitar suas formas próprias de organização, seus projetos societários e suas especificidades culturais. Dessa forma, a escola indígena passou a assumir características próprias, diferenciando-se das demais instituições escolares por integrar os conhecimentos tradicionais, as práticas comunitárias e os valores culturais de cada povo ao currículo escolar, fortalecendo uma perspectiva intercultural comprometida com a valorização da diversidade étnica existente no país.

Entre os diversos povos indígenas brasileiros, o povo Pataxó ocupa posição de destaque na história do extremo sul da Bahia, região marcada por intensos processos de colonização, conflitos fundiários e permanentes lutas pela garantia de seus territórios tradicionais. Mesmo diante de séculos de violência, deslocamentos forçados e tentativas de apagamento cultural, os Pataxó desenvolveram importantes estratégias de resistência, reconstrução identitária e revitalização de seus saberes ancestrais. Nesse processo, a educação escolar tornou-se um dos principais instrumentos de fortalecimento cultural, contribuindo para a valorização da língua Patxohã, da memória coletiva, das práticas tradicionais e da formação das novas gerações em consonância com os projetos de vida das comunidades indígenas.

No município de Itamaraju, localizado no extremo sul do estado da Bahia, encontram-se comunidades pertencentes ao povo Pataxó distribuídas em aldeias como Pé do Monte, Trevo do Parque, Guaxuma, Corumbauzinho e Aldeia Nova. O sistema municipal de ensino conta com a Escola Municipal Indígena Pataxó Trevo do Parque Nacional do Monte Pascoal, destinada à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, constituindo um importante espaço de fortalecimento da identidade cultural e de construção de práticas pedagógicas interculturais. A presença dessas comunidades confere ao município uma significativa diversidade sociocultural, exigindo que as políticas educacionais dialoguem com as especificidades da educação escolar indígena e com os direitos coletivos assegurados aos povos originários.

Paralelamente ao fortalecimento da educação escolar indígena, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduziu novos desafios para os sistemas de ensino em todo o país. Ao estabelecer competências, habilidades e direitos de aprendizagem comuns para a Educação Básica, a BNCC passou a orientar a elaboração dos currículos municipais e estaduais, inclusive daqueles destinados às escolas indígenas. Embora o documento reconheça a necessidade de respeitar as especificidades culturais



e territoriais dessas comunidades, sua implementação suscita debates acerca da conciliação entre uma política curricular nacional e a autonomia pedagógica das escolas indígenas, especialmente no que se refere à valorização dos conhecimentos tradicionais, das práticas comunitárias e das identidades étnicas.

Nesse cenário, torna-se pertinente investigar de que maneira a implementação da BNCC tem dialogado com a construção de currículos interculturais nas escolas indígenas do povo Pataxó em Itamaraju, considerando os desafios relacionados à preservação da identidade cultural, à valorização dos saberes ancestrais e à organização das práticas pedagógicas. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre currículo, interculturalidade e identidade indígena no contexto da implementação da BNCC nas escolas indígenas do município de Itamaraju–BA, buscando compreender em que medida as políticas curriculares nacionais podem contribuir para uma educação escolar indígena comprometida com os princípios da diversidade cultural, da autonomia comunitária e da justiça social.

2 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em contextos educacionais marcados pela diversidade étnica e cultural, especialmente nas escolas indígenas. Embora a BNCC tenha sido concebida como um documento orientador para garantir direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes da Educação Básica, sua aplicação em instituições escolares indígenas exige uma reflexão crítica sobre a compatibilização entre as diretrizes nacionais e os princípios da educação escolar diferenciada. Nesse sentido, investigar como esse processo ocorre nas escolas do povo Pataxó, no município de Itamaraju–BA, representa uma oportunidade de compreender os desafios e as possibilidades da construção de um currículo comprometido com a valorização das identidades culturais e dos conhecimentos tradicionais.

Sob o ponto de vista científico, esta pesquisa contribui para o fortalecimento dos estudos sobre políticas curriculares, educação escolar indígena e interculturalidade, áreas que vêm ganhando relevância nas pesquisas educacionais brasileiras. Apesar do crescimento da produção acadêmica sobre a BNCC, ainda são limitados os estudos que analisam seus desdobramentos em escolas indígenas, sobretudo no contexto do extremo sul da Bahia. Dessa forma, o presente estudo pretende colaborar para o preenchimento dessa lacuna, oferecendo evidências que possam subsidiar novas investigações e ampliar o debate acerca das relações entre currículo, cultura e diversidade nos sistemas públicos de ensino.

A relevância social da pesquisa está relacionada à necessidade de fortalecer uma educação que respeite os direitos constitucionais dos povos indígenas, reconhecendo suas formas próprias de organização social, seus conhecimentos ancestrais, suas práticas culturais e seus projetos educativos. As escolas indígenas desempenham papel fundamental na preservação da memória coletiva, das línguas originárias e das identidades étnicas, constituindo espaços de formação cidadã e de afirmação cultural. Assim,



compreender os impactos da implementação da BNCC sobre esses processos pode contribuir para a construção de políticas educacionais mais sensíveis às especificidades das comunidades indígenas e mais comprometidas com a promoção da equidade educacional.

A escolha do povo Pataxó como foco deste estudo decorre da relevância histórica, cultural e educacional dessa população no extremo sul baiano. As comunidades Pataxó mantêm uma trajetória marcada pela resistência, pela defesa de seus territórios e pela valorização de seus saberes tradicionais, encontrando na escola um importante espaço de fortalecimento identitário e de transmissão de conhecimentos entre as gerações. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar de que forma a organização curricular orientada pela BNCC dialoga com as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas indígenas, identificando aproximações, tensões e possibilidades de construção de um currículo efetivamente intercultural.

Do ponto de vista educacional, os resultados desta pesquisa poderão fornecer subsídios para gestores públicos, professores, lideranças indígenas e demais profissionais envolvidos com a educação escolar indígena, favorecendo a elaboração de estratégias pedagógicas que conciliem as orientações da BNCC com os princípios da interculturalidade e da autonomia curricular. Além disso, espera-se que o estudo contribua para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à formação de professores, à gestão escolar e ao desenvolvimento curricular, reafirmando a importância de uma educação comprometida com o reconhecimento da diversidade, com a justiça social e com a valorização dos povos originários como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) influencia a organização do currículo, a promoção da interculturalidade e a valorização da identidade indígena nas escolas do povo Pataxó do município de Itamaraju–BA, considerando os desafios e as perspectivas para a consolidação de uma educação escolar indígena específica, diferenciada e culturalmente referenciada.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os fundamentos históricos, legais e pedagógicos da educação escolar indígena no Brasil, destacando os princípios da interculturalidade, da autonomia e da valorização das identidades étnico-culturais.
- Investigar de que maneira a Base Nacional Comum Curricular tem sido incorporada às práticas curriculares das escolas indígenas do povo Pataxó no município de Itamaraju–BA.



- Identificar os principais desafios enfrentados por gestores, professores e comunidades indígenas na implementação da BNCC em consonância com os conhecimentos tradicionais, a língua, a cultura e os valores do povo Pataxó.
- Analisar as estratégias pedagógicas adotadas pelas escolas indígenas para articular as competências e habilidades previstas na BNCC com os saberes ancestrais, a memória coletiva e as práticas culturais das comunidades indígenas.
- Apresentar possibilidades de fortalecimento de um currículo intercultural que promova o diálogo entre as diretrizes da BNCC e os princípios da educação escolar indígena, contribuindo para a valorização da identidade cultural e para o aprimoramento das políticas públicas educacionais destinadas aos povos indígenas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E PEDAGÓGICOS

A educação escolar indígena no Brasil constitui uma conquista histórica decorrente das lutas dos povos originários pelo reconhecimento de seus direitos culturais, territoriais e educacionais. Durante séculos, as políticas educacionais destinadas às populações indígenas estiveram fundamentadas em práticas assimilacionistas que buscavam integrar essas comunidades à sociedade nacional, desconsiderando suas identidades étnicas, línguas e formas próprias de organização social. Nesse contexto, a escola era utilizada como instrumento de homogeneização cultural, contribuindo para o enfraquecimento das tradições indígenas e para a invisibilização de seus conhecimentos ancestrais. A partir das transformações políticas ocorridas no final do século XX, consolidou-se uma nova compreensão acerca da educação escolar indígena, pautada no reconhecimento da diversidade cultural e na valorização da autonomia dos povos indígenas (Baniwa, 2019; Freire, 1996).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na consolidação dos direitos educacionais dos povos indígenas ao reconhecer suas organizações sociais, línguas, costumes, crenças e tradições como patrimônios protegidos pelo Estado brasileiro. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirmou esses princípios ao estabelecer que a educação escolar indígena deveria ser específica, diferenciada, intercultural, bilíngue ou multilíngue e comunitária. Esse conjunto normativo foi fortalecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, documentos que orientam a elaboração de currículos construídos com ampla participação das comunidades, respeitando seus processos próprios de aprendizagem e seus projetos de vida (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2012).



Sob essa perspectiva, a escola indígena passou a desempenhar uma função que ultrapassa a transmissão de conteúdos escolares, assumindo papel estratégico na preservação da memória coletiva, na valorização das línguas originárias e na formação das novas gerações em consonância com os valores culturais de cada povo. A interculturalidade tornou-se um dos princípios centrais dessa modalidade de ensino, favorecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais produzidos nas comunidades indígenas. Para Candau (2020), uma educação intercultural pressupõe o reconhecimento das diferenças culturais como elemento constitutivo do processo educativo, promovendo relações baseadas no respeito, na participação e na construção coletiva do conhecimento. De forma semelhante, Walsh (2019) defende que a interculturalidade crítica constitui um instrumento de transformação social ao possibilitar a valorização das epistemologias historicamente marginalizadas.

Nesse cenário, a educação escolar indígena consolida-se como um importante mecanismo de promoção da cidadania, fortalecimento identitário e garantia dos direitos coletivos dos povos originários. As escolas indígenas brasileiras passaram a construir projetos político-pedagógicos próprios, incorporando conteúdos relacionados à história, à territorialidade, às práticas culturais, às línguas maternas e aos conhecimentos tradicionais de cada comunidade. Conforme destaca Baniwa (2019), a efetivação de uma educação escolar indígena de qualidade depende da participação ativa das comunidades na definição dos currículos e das práticas pedagógicas, assegurando que a escola permaneça como espaço de resistência cultural e de afirmação da identidade indígena frente aos desafios impostos pelas políticas educacionais contemporâneas.

4.2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, CURRÍCULO E INTERCULTURALIDADE

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um dos principais instrumentos de organização das políticas curriculares da educação brasileira, estabelecendo direitos de aprendizagem e competências essenciais para todos os estudantes da Educação Básica. Sua elaboração buscou promover maior equidade educacional, definindo conhecimentos considerados fundamentais para a formação dos estudantes em todo o território nacional. Entretanto, sua implementação suscita debates acerca da necessidade de compatibilizar uma base curricular comum com a diversidade cultural existente no país, especialmente nos contextos da educação escolar indígena, nos quais o currículo deve dialogar com os saberes, valores e formas próprias de organização social das comunidades (Brasil, 2018; Saviani, 2021).

A discussão sobre currículo ultrapassa a simples definição de conteúdo escolares, constituindo um campo de disputas políticas, culturais e pedagógicas. O currículo expressa concepções de sociedade, de conhecimento e de formação humana, refletindo escolhas históricas realizadas pelos sistemas educacionais. Nessa perspectiva, Silva (2017) afirma que o currículo é uma construção social permeada por relações de poder, identidades e culturas, razão pela qual sua organização deve considerar as especificidades dos



diferentes grupos sociais. Para Libâneo (2022), políticas curriculares nacionais somente alcançam seus objetivos quando articuladas às realidades locais, respeitando as características socioculturais das comunidades escolares e fortalecendo a autonomia docente.

A interculturalidade apresenta-se como um princípio fundamental para a construção de currículos comprometidos com a diversidade e a inclusão. Nas escolas indígenas, essa perspectiva possibilita o diálogo entre os conhecimentos científicos sistematizados e os saberes tradicionais produzidos pelas comunidades, favorecendo práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente significativas. Conforme argumenta Candau (2020), a educação intercultural não consiste apenas na valorização da diversidade cultural, mas na construção de relações educativas baseadas no reconhecimento da alteridade, na justiça social e na superação das desigualdades históricas. Dessa forma, a implementação da BNCC nas escolas indígenas requer processos de adaptação curricular capazes de assegurar tanto os direitos de aprendizagem previstos nacionalmente quanto a preservação das identidades culturais dos povos originários.

4.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DO POVO PATAXÓ E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC EM ITAMARAJU–BA

O povo Pataxó ocupa lugar de destaque na história do extremo sul da Bahia, mantendo uma trajetória marcada pela resistência, pela defesa de seus territórios tradicionais e pela preservação de sua identidade cultural. Ao longo das últimas décadas, as comunidades Pataxó fortaleceram seus processos educativos por meio da criação de escolas indígenas comprometidas com a valorização da língua Patxohã, da memória coletiva, dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais transmitidas entre gerações. Nesse contexto, a educação escolar constitui um importante instrumento de fortalecimento comunitário e de afirmação dos direitos historicamente conquistados pelos povos indígenas (Baniwa, 2019; Grupioni, 2006).

No município de Itamaraju, as escolas indígenas do povo Pataxó desempenham papel fundamental na promoção de uma educação intercultural que articula os conhecimentos científicos previstos pelas políticas educacionais nacionais com os saberes produzidos pelas comunidades locais. A implementação da BNCC nessas instituições demanda constante diálogo entre gestores, professores, lideranças indígenas e órgãos educacionais, de modo que a organização curricular respeite as especificidades culturais e territoriais das aldeias. Esse processo evidencia que a construção curricular nas escolas indígenas não pode limitar-se à reprodução de modelos homogêneos, devendo considerar os projetos educativos definidos coletivamente pelas comunidades (Brasil, 2018; Candau, 2020).

Os desafios decorrentes da implementação da BNCC nas escolas indígenas de Itamaraju revelam a necessidade de conciliar as orientações nacionais com a autonomia curricular assegurada pela legislação brasileira. A valorização da identidade indígena, da interculturalidade e dos conhecimentos tradicionais constitui elemento indispensável para que a escola permaneça como espaço de formação humana,



fortalecimento cultural e promoção da cidadania. Assim, a construção de práticas pedagógicas contextualizadas depende do compromisso dos sistemas de ensino com políticas públicas que reconheçam a diversidade como princípio estruturante da educação brasileira, assegurando aos povos indígenas o direito de construir currículos que expressem seus modos próprios de viver, aprender e ensinar (Walsh, 2019; Libâneo, 2022; Saviani, 2021).

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, pois busca produzir conhecimentos capazes de contribuir para a compreensão da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas indígenas do povo Pataxó do município de Itamaraju-BA, oferecendo subsídios para o fortalecimento das políticas curriculares e das práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto educacional. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que procura compreender os fenômenos educacionais a partir das experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo investigativo. Conforme afirma Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita interpretar a realidade social em sua complexidade, considerando os aspectos históricos, culturais e simbólicos presentes nos contextos pesquisados.

Quanto aos objetivos, a investigação classifica-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório decorre da necessidade de ampliar o conhecimento acerca da implementação da BNCC nas escolas indígenas Pataxó, temática ainda pouco investigada no contexto da educação escolar indígena do extremo sul da Bahia. O caráter descritivo, por sua vez, possibilita identificar, analisar e interpretar as características da organização curricular desenvolvida nessas instituições, evidenciando os desafios, as potencialidades e as estratégias utilizadas para promover uma educação intercultural comprometida com a valorização da identidade indígena. Segundo Gil (2019), pesquisas exploratórias e descritivas favorecem uma compreensão aprofundada da realidade investigada, permitindo interpretar os fenômenos em seu contexto natural.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. A revisão bibliográfica será desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam educação escolar indígena, currículo, interculturalidade e Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa documental compreenderá a análise da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da BNCC, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, além dos Projetos Político-Pedagógicos e demais documentos institucionais das escolas indígenas participantes. O estudo de caso permitirá compreender, de forma aprofundada, a realidade das escolas do povo Pataxó localizadas no município de Itamaraju-BA, conforme os pressupostos apresentados por Yin (2015).



A produção dos dados ocorrerá mediante entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores escolares, professores indígenas e lideranças comunitárias, selecionados em função de sua participação direta na organização curricular e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas investigadas. Além das entrevistas, serão realizadas observações das atividades pedagógicas e análise dos documentos institucionais, buscando compreender como os princípios estabelecidos pela BNCC dialogam com os conhecimentos tradicionais, com a interculturalidade e com a valorização da identidade cultural do povo Pataxó. Os dados produzidos serão organizados e interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

A pesquisa será desenvolvida observando os princípios éticos que orientam a produção do conhecimento científico, assegurando aos participantes informações claras sobre os objetivos do estudo, participação voluntária, confidencialidade das informações fornecidas e respeito às suas identidades culturais e às especificidades das comunidades indígenas envolvidas. A adoção desses procedimentos metodológicos busca garantir rigor científico, confiabilidade na interpretação dos dados e coerência entre os objetivos da investigação e a realidade educacional pesquisada, contribuindo para a produção de conhecimentos que fortaleçam a educação escolar indígena e ampliem as discussões sobre a implementação da BNCC em contextos interculturais.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar a compreensão acerca dos impactos da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas indígenas do povo Pataxó do município de Itamaraju–BA, evidenciando de que maneira as diretrizes curriculares nacionais vêm sendo incorporadas às práticas pedagógicas desenvolvidas nessas instituições. Pretende-se demonstrar que a efetivação da BNCC, quando articulada aos princípios da educação escolar indígena, pode favorecer a construção de um currículo capaz de conciliar os direitos de aprendizagem previstos nacionalmente com a valorização dos conhecimentos tradicionais, da interculturalidade e da identidade cultural das comunidades indígenas (Baniwa, 2019; Candau, 2020).

Espera-se, ainda, identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas indígenas na implementação da BNCC, especialmente aqueles relacionados à formação de professores, à adaptação curricular, à elaboração de materiais didáticos contextualizados e à articulação entre as orientações nacionais e as especificidades culturais do povo Pataxó. A pesquisa poderá demonstrar que a construção de uma educação escolar intercultural depende da participação efetiva das comunidades indígenas na elaboração dos currículos, fortalecendo a autonomia das escolas e a preservação de seus patrimônios culturais (Munduruku, 2012; Walsh, 2019).



Outro resultado esperado consiste em evidenciar que a valorização da interculturalidade fortalece os processos de ensino e aprendizagem nas escolas indígenas, promovendo o diálogo entre os conhecimentos científicos sistematizados e os saberes ancestrais produzidos pelas comunidades. Espera-se verificar que práticas pedagógicas fundamentadas no respeito à diversidade cultural favorecem uma educação inclusiva, democrática e socialmente referenciada, contribuindo para a formação de estudantes comprometidos com sua identidade cultural e com o exercício da cidadania (Freire, 1996; Krenak, 2019).

Do ponto de vista das políticas públicas, espera-se que os resultados da investigação ofereçam subsídios para gestores educacionais, professores, lideranças indígenas e demais profissionais envolvidos com a educação escolar indígena, contribuindo para o aperfeiçoamento das ações voltadas à implementação da BNCC em contextos interculturais. A análise poderá fornecer elementos que auxiliem na formulação de programas de formação continuada, na elaboração de currículos culturalmente contextualizados e no fortalecimento da gestão democrática das escolas indígenas, respeitando as especificidades socioculturais das comunidades pesquisadas (Saviani, 2021; Libâneo, 2022).

Por fim, espera-se que este estudo amplie a produção científica sobre educação escolar indígena no extremo sul da Bahia, contribuindo para o fortalecimento das discussões acadêmicas acerca das relações entre currículo, interculturalidade e identidade indígena. Espera-se, ainda, que os conhecimentos produzidos possam subsidiar futuras pesquisas e colaborar para a construção de políticas curriculares mais sensíveis à diversidade cultural brasileira, reafirmando a importância da participação dos povos indígenas na definição de seus projetos educativos e na consolidação de uma educação específica, diferenciada e intercultural (Baniwa, 2019; Freire, 1996).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a relação entre currículo, interculturalidade e identidade indígena no contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas do povo Pataxó do município de Itamaraju–BA. Ao longo da investigação, constatou-se que a educação escolar indígena representa muito mais do que um espaço de escolarização formal, constituindo-se como um instrumento de fortalecimento da identidade étnica, de preservação dos conhecimentos tradicionais e de valorização da memória coletiva das comunidades indígenas. Conforme destaca Baniwa (2019), a escola indígena contemporânea deve ser compreendida como um espaço de construção da autonomia e de fortalecimento dos projetos de vida dos povos originários, articulando os conhecimentos científicos aos saberes ancestrais.

Os resultados evidenciam que a implementação da BNCC nas escolas indígenas exige permanente diálogo entre as diretrizes curriculares nacionais e as especificidades históricas, culturais e territoriais das comunidades Pataxó. Nesse processo, a construção de currículos interculturais depende da participação



efetiva das lideranças indígenas, dos professores, dos estudantes e de toda a comunidade escolar, garantindo que os conteúdos escolares estejam articulados à realidade vivenciada pelos povos indígenas. Nessa perspectiva, Freire (1996) defende que uma educação comprometida com a emancipação humana deve reconhecer os saberes produzidos pelos sujeitos e promover práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, no respeito e na participação coletiva.

Entretanto, a pesquisa também permite compreender que os desafios enfrentados pelo povo Pataxó ultrapassam o espaço escolar. As comunidades indígenas do extremo sul da Bahia convivem, ainda na atualidade, com conflitos relacionados à demarcação e à proteção de seus territórios, episódios de violência, discriminação, ameaças a lideranças e dificuldades para assegurar direitos historicamente reconhecidos pela legislação brasileira. Essas circunstâncias repercutem diretamente na organização das escolas indígenas, exigindo que a educação escolar contribua para o fortalecimento da cidadania, da consciência coletiva e da defesa dos direitos constitucionais dos povos originários. Conforme observa Krenak (2019), não é possível pensar a educação indígena dissociada da luta pela vida, pelo território e pelo reconhecimento da diversidade cultural como patrimônio da sociedade brasileira.

Nesse contexto, as escolas indígenas Pataxó desempenham papel fundamental na formação das novas gerações, fortalecendo a identidade cultural e preparando crianças e jovens para enfrentar os desafios contemporâneos sem romper os vínculos com sua história, sua língua, suas tradições e seus conhecimentos ancestrais. A implementação da BNCC, quando desenvolvida de forma crítica e contextualizada, pode contribuir para esse processo ao dialogar com os princípios da educação intercultural e da autonomia pedagógica das comunidades. Como ressaltam Candau (2020) e Walsh (2019), a interculturalidade deve ser compreendida como uma prática educativa comprometida com a justiça social, com o reconhecimento das diferenças e com a superação das desigualdades historicamente produzidas.

Por fim, conclui-se que a consolidação de uma educação escolar indígena de qualidade depende do compromisso permanente do Estado, dos sistemas de ensino e da sociedade com a garantia dos direitos dos povos originários. A valorização da cultura Pataxó, o respeito à sua organização social, a proteção de seus territórios e a efetivação de políticas públicas voltadas à educação constituem elementos indissociáveis da construção de uma sociedade democrática e plural. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate acadêmico sobre a implementação da BNCC em contextos interculturais e estimule novas pesquisas capazes de fortalecer a educação escolar indígena como instrumento de cidadania, resistência, justiça social e preservação da diversidade cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.



BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais**. Petrópolis: Vozes, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. In: OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria (org.). **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências**. Petrópolis: Vozes, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.